

CELESC

NOVA TENTATIVA DE SEGREGAR DIREITOS



A rodada de negociações da última quinta-feira, dia 30/08 trouxe novamente o problema da segregação para a mesa do Acordo Coletivo de Trabalho. Depois de pressionada pelos sindicatos que compõem a Intercel a deixar de lado a estratégia de debater apenas cláusulas de menor impacto, a diretoria da Celesc afirmou que o grande problema do ACT é a extensão de direitos aos trabalhadores que ingressarão no quadro de pessoal da empresa.

Para os sindicatos da Intercel, a volta do tema demonstra o desrespeito com os celesquianos, uma vez que ao término do ACT 2011/12 a própria diretoria da empresa, incentivada pelo presidente Antonio Gavazzoni, utilizou a conquista como propaganda de uma gestão profissional voltada para a valorização dos trabalhadores, em uma publicação oficial da empresa. O caderno "Benefícios para você e sua família" deixava claro que os novos trabalhadores que viessem a compor o quadro de pessoal da Celesc teriam os mesmos direitos de quem já está na ativa, justificando ainda que o impacto financeiro não comprometeria o futuro da empresa.

Gavazzoni até agora não se manifestou neste ACT. Pelos corredores da empresa os trabalhadores questionam: mas esse não era o presidente que afirmava que direito não se retira?

A Ata da reunião do conselho de administração que aprovou a execução de um Plano de Demissão Voluntário (PDV), condicionada a uma retirada de direitos de novos trabalhadores, utilizada pela diretoria como justificativa para a volta da segregação à pauta, veio com manifestação favorável de todos os conselheiros do bloco do governo. Sabemos da influência e pressão que o Conselheiro indicado pela Previ, Edimar Abreu, vem fazendo contra os trabalhadores, mas sabemos também que o Governo do Estado detém ampla maioria no Conselho de Administração da Celesc e, dessa forma, é diretamente responsável por este ataque aos celesquianos.

Com o problema posto, a terceira rodada de negociação ocorrida no dia 04/09 foi, mais uma vez, decepcionante. Utilizando o conselho de Administração como muleta, a diretoria novamente não concedeu nenhum avanço substancial nas reivindicações dos trabalhadores. Com mais da metade da pauta de reivindicações já debatida, fica claro que a solução deste ACT passa pela união e mobilização dos trabalhadores. A grande participação nas concentrações dos dias 03 e 04/09, em todo o estado (ver pág. 3) já demonstraram que os trabalhadores estão prontos para a luta.

Nesta quinta-feira teremos mais uma rodada de negociação, onde virão, enfim, as demais cláusulas da pauta de reivindicação e, especialmente, as que situam o embate. Chamamos todos os trabalhadores para a luta em prol de um ACT bom e justo para todos.

VAMOS JUNTOS NA LUTA POR UM ACT BOM E JUSTO PARA TODOS!

Concentrações demonstram união dos trabalhadores

PG. 3



Dias parados serão negociados

Após terem anunciado para o dia 3 de setembro o início da compensação dos dias parados durante a greve nacional dos eletricitários, as empresas do Grupo Eletrobras suspenderam os efeitos do comunicado anterior.

Em novo comunicado aos trabalhadores, por orientação da holding, as empresas informaram nova data para início do período de compensação. O adiamento foi consequência da reunião ocorrida dia 30 de agosto na sede da Eletrobras no Rio de Janeiro entre o Diretor Administrativo da holding, Miguel Colasuonno e os representantes do CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários.

Na reunião os dirigentes sindicais repudiaram a determinação das empresas de iniciar a compensação dos dias de greve a partir do dia 03 de setembro. O compromisso de fazer a discussão dos dias parados com o CNE foi assumido pelo Diretor Administrativo da Eletrobras na última reunião de negociação antes do término da greve.

A reunião ocorrida no dia 30 de agosto foi importante, pois provocou uma reflexão por parte dos representantes da Eletrobras que concordaram com o encaminhamento proposto pelo CNE de que qualquer compensação, só venha a ser iniciada depois de uma nova reunião entre a Eletrobras e os sindicatos.

Nessa reunião prevista para dia 10 ou 11 de setembro deverão ser definidos os critérios e condições para a compensação dos dias da greve por tempo indeterminado ocorrida de 16 a 26 de julho. Em boletim divulgado pela FNU – Federação Nacional dos Urbanitários, o CNE informou sobre a nova reunião com a Eletrobras e também orientou a realização de assembleias por todo o Brasil para avaliação e encaminhamentos que nortearão a postura dos sindicatos.

Nas bases dos sindicatos que compõem a Intersul a maioria das assembleias ocorreram na segunda feira, dia 3 de setembro, e o debate realizado evidenciou o entendimento dos trabalhadores de que a cobrança dos dias parados pelas empresas não deve ocorrer.

Cabe lembrar que em outras épocas, em governos remanescentes da ditadura militar, autoritários e neoliberais, a maioria das greves não foi descontada. Não fica bem para um governo que se intitula democrático-popular, do qual fazem parte ex-dirigentes sindicais que lutaram pela democracia no país, uma atitude contrária ao que defendiam

Esta compreensão por parte dos atuais representantes das empresas é esperada pelos trabalhadores e com esta visão os representantes da Intersul junto ao CNE participarão da reunião de negociação dos dias parados que acontecerá nos próximos dias.

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC

Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Colín, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000
Fone (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindnorte.org

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



Acidente em Blumenau

Um grave acidente ocorreu em Blumenau, no dia 29 de agosto, com um dos empregados da empreiteira Coservice.

Segundo informações levantadas pela CIPA, em reunião extraordinária realizada no dia 31/08, o trabalhador Luiz Rodrigo Limas Souza realizava um serviço de Linha Viva considerado rotineiro, ou seja, trabalhava em uma estrutura energizada de média tensão. Ainda segundo fatos relatados na ata da CIPA, foram realizados todos os procedimentos de segurança como Diálogo de Segurança, aterramento do caminhão de Linha Viva e cobertura da estrutura com mantas isolantes.

O acidente ocorreu às 9h45min, no momento em que o trabalhador soltava a amarração de um dos cabos. Ao encostar as costas em uma parte da estrutura que foi descoberta acidentalmente Luiz sofreu a descarga elétrica.

A luva que o empregado estava usando permitiu a passagem da corrente elétrica devido a existência de um furo. Suspeita-se que a luva tenha furado durante o referido serviço já que a mesma era nova.

O estado de saúde de Luiz, ao contrário do que a empresa informou a todos, é delicado. O trabalhador está internado na UTI em Lages e não foi afastado o risco de morte ainda, sendo que parte de seu corpo teve que ser amputada devido à necrose.

Infelizmente esse acidente não é um caso isolado. Blumenau já contabiliza vários acidentes, muitos deles recentes. A empresa, no entanto, pouco faz a nível gerencial para prevenir os acidentes, tratando cada caso como uma situação isolada e fechando os olhos para o óbvio: **os acidentes estão acontecendo devido a uma questão comportamental e não técnica!** Estes acidentes acontecem na maioria das vezes em atividades rotineiras, envolvendo profissionais experientes. O alto nível de stress e a pressão diária que os trabalhadores estão expostos certamente contribui com os acidentes.

Há muito tempo os sindicatos que compõem a Intercel denunciam os problemas com a saúde e segurança do trabalhador na Celesc, cobrando providências. É fato que enquanto não houver seriedade no gerenciamento da segurança na empresa, tanto com trabalhadores próprios quanto com terceirizados (que sofrem ainda mais com a precarização das condições de trabalho imposta pelas empreiteiras) veremos impotentes companheiros se acidentando e até perdendo a vida nas redes de energia elétrica.



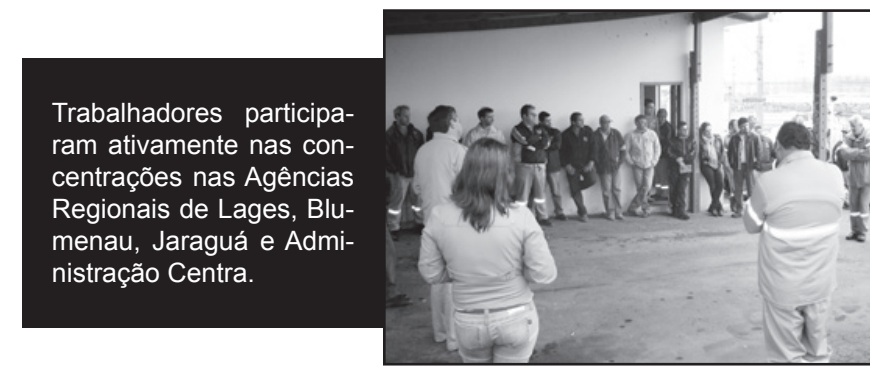
Um grupo de pessoas com influência político partidária na Celesc estão tentando impor "goela abaixo" um software de rede social, do tipo Facebook, por um valor expressivo. Lembramos que existe um projeto de P&D, com o mesmo propósito, quase concluído. Estamos de olho, caso este absurdo se concretize vamos denunciar aos órgãos competentes para fiscalização rigorosa. Até quando os lobistas de plantão estarão circulando livremente nos gabinetes da Administração Central da Celesc

Concentrações demonstram união dos trabalhadores

Com grande participação dos trabalhadores, os sindicatos que compõem a Intercel organizaram em todas as Agências Regionais e Administração Central concentrações para relatar aos trabalhadores os desdobramentos da negociação.

Desde a manifestação da Diretoria da empresa, na reunião do dia 30/08, sobre a volta da segregação de direitos, os trabalhadores se organizaram com os sindicatos, ficando alerta para as tentativas de divisão da categoria e de retirada de benefícios históricos. Além de relatar as investidas da Diretoria contra os trabalhadores, os sindicatos da Intercel também repudiaram publicamente a postura de alguns "arautos" da diretoria, que vem sistematicamente incitando as chefias regionais para o embate com a categoria. Os dirigentes sindicais também lembraram aos trabalhadores que a empresa vem pressionando pela segregação de forma mentirosa, lançando medo sobre um possível cancelamento do PDV e não pagamento do PCS.

Os sindicatos e trabalhadores repudiaram a postura covarde como vem sendo conduzida a negociação e reiteraram que continuarão na luta para que todos os trabalhadores tenham isonomia de direitos e boas condições de trabalho.



Trabalhadores participaram ativamente nas concentrações nas Agências Regionais de Lages, Blumenau, Jaraguá e Administração Centra.



OS "CÃES DE GUARDA" ESTÃO SOLTOS

A reportagem de capa da revista IstoÉ, edição 2.233, de 29 de agosto ("Quem são os grevistas que desafiam o Brasil") é reveladora do modelo de jornalismo praticado em solo nacional, aquele que já sai das redações com a tese pronta, só faltando encaixar os personagens. O "gancho" que sustenta praticamente toda a reportagem são os altos salários das lideranças sindicais do serviço público federal. Agora virou crime ser profissional qualificado e ganhar bem. E com um detalhe: concursado, ou seja, por mérito! A tese é lapidar: quem ganha bons salários não pode fazer greve! Primeiro, é preciso corrigir a distorção. A maior parte dos servidores recentemente em greve é formada pelos que menos ganham no funcionalismo público federal, mas a revista preferiu buscar exemplos de categorias que ganham mais, para caracterizar o serviço público federal como uma casta de privilegiados. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, a maior parte dos servidores acumula perdas substanciais para a inflação (e o arrocho vai continuar, pois o governo pressionou – com o apoio da mídia – e pôs fim à greve). Ofereceu 15,8% a ser pago em três anos. Menos do que a inflação prevista para o período. Há outras categorias profissionais, com menor poder aquisitivo e que mereceriam reajustes? Certamente! Cabe a cada categoria de trabalhadores saber como se organizar e reivindicar. E ao governo compete a tarefa política de ter uma política econômica e social muito mais transformadora do que a atual – que tem por mérito ser melhor do que as anteriores, mas longe ainda de superar os desafios abissais da concentração de renda no país.

A reportagem de IstoÉ acusa o "novo sindicalismo" de "ausência de conteúdo político nas manifestações" porque busca resultados financeiros. Ora, ora, para que servem os sindicatos? E pensar que no passado acusavam os sindicalistas justamente pelo conteúdo político! E não vamos nos esquecer dos sindicatos patronais, que atuam muito bem, obrigado! E não é pouco o que conseguem do caixa do governo, embora suas demandas nem sempre são divulgadas e, muito menos, criticadas. Só a hipocrisia da mídia parece não mudar nunca.

Se os serviços públicos – no todo ou em parte – são essenciais, precisam de uma legislação que igual-

mente os trate assim. No entanto, até hoje, o governo não reconhece uma data-base para negociar e não tem por hábito repor a inflação anual aos salários, como se o funcionalismo público federal não tivesse contas a pagar (que obviamente acompanham a inflação, ou, mesmo, aumentam acima dela). Alguns "patrões", tanto da esfera privada quanto pública, só negociam de fato com greve. Antes disso, as negociações costumam ser apenas um jogo de aparências. Desde março, houve mais de 200 reuniões de várias categorias de servidores com o governo federal; no linguajar dos grevistas, praticamente só "enrolação". E para quem ainda não entendeu esse jogo, é bom esclarecer que o governo é parte atuante nesse modelo de país excludente. Transfere a maior parte do que arrecada para alimentar uns poucos tubarões: somente em 2011 foram gastos R\$ 708 bilhões com a "dívida pública" (leia-se ganhos dos bancos e outros aplicadores, principalmente em papéis). Isso sem falar em isenções, subsídios, perdão de dívidas, doações de terrenos e imóveis, financiamentos a juros "especiais" etc. etc.

Enquanto isso, ninguém debate os lucros e benefícios de poucos que fazem do Brasil um dos países com a pior distribuição de renda. Como se entre uma coisa e outra não houvesse relação de causa e efeito. Para se chegar a tanta exploração, o que se faz, basicamente, é transferir a renda (de todos os níveis de trabalhadores) para uma pequena parcela da população. É por isso que, cada vez que os trabalhadores – públicos ou privados – tentam reivindicar uma maior participação na distribuição da riqueza nacional, são duramente atacados, sob pretextos que não se sustentam numa análise mais apurada dos fatos. Análise que a mídia nunca faz com a isenção necessária, ou teríamos um outro país.

Se os serviços públicos – no todo ou em parte – são essenciais, precisam de uma legislação que igual-

mente os trate assim. No entanto, até hoje, o governo não reconhece uma data-base para negociar e não tem por hábito repor a inflação anual aos salários, como se o funcionalismo público federal não tivesse contas a pagar (que obviamente acompanham a inflação, ou, mesmo, aumentam acima dela). Alguns "patrões", tanto da esfera privada quanto pública, só negociam de fato com greve. Antes disso, as negociações costumam ser apenas um jogo de aparências. Desde março, houve mais de 200 reuniões de várias categorias de servidores com o governo federal; no linguajar dos grevistas, praticamente só "enrolação". E para quem ainda não entendeu esse jogo, é bom esclarecer que o governo é parte atuante nesse modelo de país excludente. Transfere a maior parte do que arrecada para alimentar uns poucos tubarões: somente em 2011 foram gastos R\$ 708 bilhões com a "dívida pública" (leia-se ganhos dos bancos e outros aplicadores, principalmente em papéis). Isso sem falar em isenções, subsídios, perdão de dívidas, doações de terrenos e imóveis, financiamentos a juros "especiais" etc. etc.

Se os serviços públicos – no todo ou em parte – são essenciais, precisam de uma legislação que igual-

Celso Vicenzi é ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda população!

Apropriação dos bens naturais: Natureza para que e para quem?

O capitalismo é o modo de produção que tem a relação mais predatória com a natureza. Os bens naturais são vistos como recursos a serem explorados com objetivo de acumular capital. A água, a terra, a biodiversidade, as florestas, a energia, tudo se torna mercadoria que pode ser comprada e vendida.

A voracidade com que o capital destrói a natureza tem avançado na busca constante de aumentar suas taxas de lucro. Os padrões de consumo são bem maiores do que a natureza consegue oferecer, isso tem causado desequilíbrios que afetam toda a humanidade. E o capital aponta mais uma vez que a saída é mercantilizar os bens naturais. Os organismos internacionais, as grandes empresas e bancos, governos representantes do capital promovem um discurso de que toda a humanidade é culpada pela destruição do planeta, bem como responsabiliza a todos pela preservação e aponta falsas saídas para conter os problemas ambientais. Toda a sociedade é vista como poluidora e destruidora, sem distinção entre ricos e pobres, grandes empresas e trabalhadores/as. As grandes empresas que estão explorando petróleo no Oriente Médio, as grandes empresas bélicas que fazem as armas para massacres contra aqueles povos são vistas como poluidoras da mesma forma que os milhares que são mortos, ou que qualquer trabalhador em países latino americano ou africano.

O capitalismo também afirma que a natureza é finita, por isso precisa haver regras para sua utilização. As regras, no entanto, são desiguais. Ao passo que os rios brasileiros estão sendo entregues para a construção de hidrelétricas, grande parte das nossas terras está sendo vendida para empresas estrangeiras produzirem cana, soja, eucalipto, criação de gado; nosso subsolo está sendo entregue para exploração de minérios; a concessão da água está sendo privatizada, 55 % da população brasileira continua sem acesso à água de qualida-

de. Ao mesmo tempo que é feita a transposição no Rio São Francisco para irrigar as grandes plantações do agronegócio no Nordeste, os camponeses nordestinos e de outras regiões sofrem com a falta de água para beber e para alimentação humana. Outro dado importante é que o limite da exploração da natureza depende da necessidade dos capitalistas. Cada vez que é preciso aumentar as taxas de lucro, as regras da degradação são mudadas. É o que está ocorrendo com o “novo” Código Florestal Brasileiro, agora que o capital “precisa avançar” em novas terras, inclusive na fronteira agrícola na Amazônia, volta a pressão para continuar desmatando.

Preservar para as gerações futuras faz parte do discurso e de documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, que representam as grandes empresas. Porém, não ficam claras quais são as gerações futuras. Será toda a população? Ou os filhos da população mundial que vive hoje na miséria (com menos de 2 dólares por dia), continuará da mesma forma, sem ter acesso à alimentação adequada? Os filhos de quem não tem acesso à água potável não fazem parte dessa geração futura? Não há uma proposta por parte das grandes empresas para socializar os bens que são produzidos.

Ou seja, todos devem preservar, algumas empresas têm o direito de explorar e somente uma pequena parcela da população continuará, nas futuras gerações, tendo acesso aos bens da natureza. Essa é a proposta que o capitalismo oferece. A solução para a crise ambiental vem sendo o mercado verde, que continua a tornar a natureza uma mercadoria. O mercado de carbono é um grande negócio, são bens que ninguém produziu, mas que foi apropriado e pode ser comprado e vendido. Uma empresa paga pelo direito de destruir a natureza. A “preservação” e a destruição se tornaram um negócio. A destruição está legalizada, quem paga pode destruir.

Bens naturais não são mercadorias! Bens naturais são bens públicos!

A Rio + 20 foi a continuidade desse acordo de “destruição e preservação” da natureza. Compra de terras, construção de hidrelétricas, concessão privada das redes de água e saneamento, plantações de cana, soja e criação de gado em grandes extensões, crédito de carbono. A Conferência foi um grande negócio. Um exemplo é a possibilidade de fabricar carros que utilizam combustíveis limpos e renováveis, os biocombustíveis. Porém, não se discutiu o padrão de consumo, do transporte, ou seja, a produção do próprio carro que demanda uma alta quantidade de energia, minérios, etc.

As hidrelétricas, consideradas fonte de energia limpa e renovável também são apontadas como solução para a geração de energia de forma sustentável. As barragens estão vendendo crédito de carbono por produzir energia limpa. Ou seja, a água que é um bem natural, “público” está sendo usada para produzir energia e as empresas recebem ainda mais vendendo créditos de carbono, por utilizarem a água que é de todos. Ou seja, a água é um bem natural, não é produzida pelas pessoas, existe na natureza. E as empresas vendem e compram água.

Os limites ambientais não são um problema em si. Mas um limite do modelo de desenvolvimento, do padrão de consumo, do modo de produção. Ou seja, o fato de buscar fontes alternativas de energia, consideradas “sustentáveis” não é suficiente e não tem capacidade de resolver a crise ambiental, se não for reconstruída a forma de consumo estabelecida pelo sistema capitalista.

É necessário pensar a transformação política e econômica da sociedade junto com a transformação da relação do ser humano com a natureza. A relação das sociedades indígenas ou de camponeses no que se refere aos bens naturais não é predatória e destruidora. O capitalismo não vai apontar saídas viáveis. É tarefa da sociedade construir um modelo de desenvolvimento capaz de produzir a existência sem ameaçar a continuidade da vida humana.

De forma imediata, é necessário lutar contra a privatização da água, da energia, da biodiversidade, dos minérios, da terra. Lutar para que os bens naturais sejam bens públicos. É nesta luta que também o Grito dos Excluídos, neste ano de 2012, está inserido.

Por que 7 de setembro?

Desde 1995 foi escolhido o dia 7 de setembro para as manifestações do Grito dos Excluídos. A idéia era aproveitar o Dia da Pátria para mostrar que não basta uma independência politicamente formal. A verdadeira independência passa pela soberania da nação. Um país soberano costura laços internacionais e implementa políticas públicas de forma autônoma e livre, não sob o constrangimento da dívida externa, por exemplo. Relações economicamente solidárias e justiça social são dois requisitos indispensáveis para uma verdadeira independência.

Nada melhor que o dia 7 de setembro para refletir sobre a soberania nacional. É esse o eixo central das mobilizações em torno do Grito. A proposta é trazer o povo das arquibancadas para a rua. Ao invés de um patriotismo passivo, que se limita a assistir o desfile de armas, soldados e escolares, o Grito propõe um patriotismo ativo, disposto a pôr a nu os problemas do país e debater seriamente seu destino. É um momento oportuno para o exercício da verdadeira cidadania.

